

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 121/96

de 9 de Agosto

A transição para o novo sistema retributivo operou-se em função de critérios que determinaram, passado que foi o período de condicionamento das progressões, a integração de número significativo de funcionários no último escalão das respectivas categorias.

Esse facto, aliado a alguma morosidade na dinamização das condições de acesso, retira horizontes de promoção a muitos funcionários, por motivos alheios ao seu mérito.

O presente diploma procura criar condições para, na medida das possibilidades de cada serviço, estimular a dinamização dessas carreiras, através da abertura obrigatória de concursos de acesso, sob a forma de concursos internos condicionados.

Com o presente diploma, o Governo dá cumprimento a um dos aspectos acordados com as organizações sindicais no acordo salarial para 1996 e compromissos de médio e longo prazo.

Foram ouvidas, nos termos da lei, as organizações sindicais.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O disposto no presente diploma é aplicável aos organismos e serviços da administração central, local e regional.

Artigo 2.º

Abertura de concurso

1 — É obrigatória a abertura de concurso de acesso, sob a forma de concurso interno condicionado, sempre que, havendo vagas orçamentadas no respectivo serviço ou organismo, existam funcionários posicionados no último escalão da respectiva categoria e com mais de seis anos de serviço nela prestados, com classificação não inferior a *Bom*.

2 — A abertura do concurso interno condicionado a que se refere o número anterior aproveita a todos os funcionários do serviço ou organismo que preenchem os requisitos gerais e especiais de acesso à categoria para a qual o concurso é aberto.

3 — Na preparação dos orçamentos anuais dos respectivos serviços ou organismos, os dirigentes máximos devem assegurar a orçamentação das vagas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Julho de 1996. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Mário Fernando de Campos Pinto* — *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado* — *António Luciano Pacheco de Sousa Franco* — *João Cardona Gomes Cravinho* — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*.

Promulgado em 25 de Julho de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 26 de Julho de 1996.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 253/96

Por ordem superior se torna público que a Estónia assinou, em 3 de Maio de 1996, o Protocolo Adicional e o Segundo Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Extradicação, abertos à assinatura, respectivamente, em 15 de Outubro de 1975 e 17 de Março de 1978.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 11 de Julho de 1996. — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 254/96

Por ordem superior se torna público que a Lituânia assinou, em 7 de Junho de 1996, a Convenção Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça das Colectividades ou Autoridades Territoriais, aberta à assinatura em 21 de Maio de 1980.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 11 de Julho de 1996 — O Director de Serviços, *João José Gomes Caetano da Silva*.

Aviso n.º 255/96

Por ordem superior se torna público que a Noruega aceitou, com efeitos a partir de 29 de Março de 1996, a revisão ao artigo 20.º, primeiro parágrafo, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1995.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 16 de Julho de 1996. — O Director de Serviços, *João José Caetano da Silva*.

Aviso n.º 256/96

Por ordem superior se torna público que a Finlândia aceitou, com efeitos a partir de 18 de Março de 1996, a revisão ao artigo 20.º, primeiro parágrafo, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1995.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 16 de Julho de 1996. — O Director de Serviços, *João José Caetano da Silva*.

Aviso n.º 257/96

Por ordem superior se torna público que a Dinamarca aceitou, com efeitos a partir de 12 de Março de 1996, a revisão ao artigo 20.º, primeiro parágrafo, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1995.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 16 de Julho de 1996. — O Director de Serviços, *João José Caetano da Silva*.